

O COMÉRCIO INTERNACIONAL E A CADEIA PRODUTIVA DO TRIGO NO BRASIL¹

Argemiro Luís Brum²

Patrícia Kettenhuber Müller³

Endereço: Rua do Comércio, 3000. Campus Universitário
Cx. Postal 560 - DECon/UNIJUI - Campus UNIJUI
98700-000 Ijuí/RS

Área de Concentração: Estudos setoriais, cadeias produtivas, sistemas locais de produção

Resumo:

O comércio mundial de trigo tem na Argentina um importante exportador e no Brasil um dos principais importadores. Todavia, a Argentina é um tomador de preços no mercado internacional, fato que leva a uma influência indireta dos preços praticados na Bolsa de Chicago sobre os preços praticados no interior do Brasil. Neste contexto, o Brasil desregulamenta a produção de trigo, deixando o setor ao sabor do mercado. Tal realidade encontra a cadeia tríticola brasileira relativamente desestruturada para enfrentar um processo sem a presença do Estado. Essa desestruturação somente se agravou com o passar dos anos, influenciando sobremaneira para a perda de poder negociador e de ganhos junto aos produtores rurais e suas cooperativas. Desta maneira, o Brasil não consegue chegar a auto-suficiência em trigo, considerando mais interessante importar o produto da Argentina. Assim, a produção de trigo no país não se resolve somente pela capacitação em competitividade do setor produtivo. Ela deve ser inserida em um contexto macroeconômico, no qual há de se avaliar a conveniência ou não de proteger a sua produção.

Palavras-chave: trigo, comércio, cadeia produtiva

¹ Este artigo resulta da pesquisa intitulada “A Competitividade do Trigo Brasileiro Diante da Concorrência Argentina”, desenvolvida no Departamento de Economia e Contabilidade (DECon), da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), através do Programa de Mestrado em Desenvolvimento, a qual está em fase final, devendo ser publicada em livro.

² Professor do DECon/UNIJUI, doutor em Economia Internacional, coordenador da referida pesquisa. argelbrum@unijui.tche.br

³ Aluna do curso de Economia da UNIJUI, bolsista PIBIC/CNPq. patricia.muller@unijui.tche.br

Introdução

O presente trabalho, se preocupa com a economia do trigo no Brasil à luz da concorrência argentina, considerando como hipótese de partida que o vizinho país, no quadro do Mercosul, inibe um maior desenvolvimento da tricultura brasileira.

O mesmo analisa o comércio internacional do trigo, com destaque para a participação da Argentina, como país exportador, e do Brasil como país importador. Igualmente destaca os custos de produção, especialmente na Argentina e no Brasil. Através deste estudo se busca identificar as principais razões da preferência brasileira pelo trigo argentino. Na seqüência, se privilegia o estudo das importações de trigo por parte do Brasil e o papel da Argentina como fornecedor do mesmo. Objetiva-se verificar a participação da Argentina no fornecimento do cereal ao Brasil e a importância de nossas importações nas vendas do vizinho país.

Uma rápida análise é feita sobre o comportamento dos preços tanto no mercado mundial, através da evolução das cotações na Bolsa de Chicago, quanto no mercado FOB argentino e no mercado interno brasileiro, a partir de preços pagos aos produtores rurais do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Enfim, o presente artigo destaca a cadeia produtiva do trigo no Brasil a partir de uma divisão em insumos, produção, moinhos, transformação e distribuição/consumo.

2. Aspectos do comércio internacional de trigo

A produção mundial de trigo, no ano 2003/04, chegou a 550,5 milhões de toneladas, conforme o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). Somando-se os estoques iniciais, resultantes do ano anterior, a oferta total do produto, neste ano, foi de 717,6 milhões de toneladas. Deste total, foram comercializadas no mercado externo cerca de 106 milhões de toneladas. Desta forma, o comércio internacional de trigo, em sua totalidade, representou 19,2% da produção mundial e 14,8% da oferta mundial. Em outras palavras, estamos diante de um produto que tem uma forte característica de consumo interno junto aos principais países produtores.

Deste total, a Argentina participou com exportações de 7,5 milhões de toneladas, a Austrália com 17,5 milhões de toneladas, a União Européia (com 12 países) com 9,8 milhões de toneladas e os EUA com 31,4 milhões de toneladas. Dentre os maiores importadores, encontramos o Egito, com volumes que variam entre 5,5 e 6,0 milhões de toneladas anuais, e o Brasil com volumes entre 5,0 e 5,5 milhões de toneladas. A União Européia igualmente

importa, tendo chegado a 6,0 milhões de toneladas em 2003/04. A Argentina tem uma pequena participação no comércio mundial exportador de trigo, atingindo a 7,1% do total mundial. No entanto, tais vendas externas representam 55% da produção total do país. Ou seja, a Argentina exporta mais da metade do que produz anualmente.

O Brasil, como forte país importador de trigo, vem dando preferência ao produto argentino. Isto se acentuou a partir do lançamento do Mercosul (1991) e particularmente a partir da consolidação do Mercosul, como zona de livre-comércio (1995). Na verdade, apenas os EUA e o Canadá rivalizam com a Argentina na oferta de trigo para o Brasil, e isto especialmente entre meados dos anos de 1960 e o início dos anos de 1990. Assim, em 1965, o Brasil importou 1,9 milhão de toneladas de trigo, a um preço médio de apenas US\$ 59,64/tonelada FOB. Deste total, a Argentina participou com 68% do total, sendo o restante dividido em 27% dos EUA e 5% do Uruguai. Já em 1975, as importações brasileiras totais, em trigo, haviam crescido para 3,07 milhões de toneladas, sendo que a participação argentina chegava a apenas 7,8%. O maior volume era comprado dos EUA (64,5%) e do Canadá (26%). O preço médio pago pelo Brasil, no conjunto, foi de US\$ 155,35/tonelada FOB, ou seja, quase o triplo do preço pago 10 anos antes.

Em 1980, o Brasil importou 4,6 milhões de toneladas, sendo 60,8% dos EUA e 39,2% do Canadá. Naquele ano, nada foi importado da Argentina. A participação do vizinho país, em nossas compras externas de trigo, foi melhorar apenas a partir de 1987. Nesta época, além do Brasil ter chegado a uma quase auto-suficiência, caiu drasticamente as vendas dos EUA para o Brasil. Desta forma, das 2,5 milhões de toneladas importadas, a um preço médio de US\$ 93,98/tonelada FOB, 43,5% vieram da Argentina, 30,5% do Canadá e apenas 4% dos EUA. Os restantes 22% foram oriundos de diversos outros mercados. Em 1988, o Brasil importou o seu menor volume de trigo desde 1965, registrando apenas 952.580 toneladas, em sua totalidade procedente da Argentina. A partir de então, o vizinho país passou a ser o nosso fornecedor privilegiado, com os volumes em constante crescimento. O Canadá passa a perder força nesta corrida, especialmente a partir de 1995, exatamente no ano em que a zona de livre-comércio no Mercosul é posta em prática. A tal ponto que em 2000 o Brasil alcança o seu maior volume de importações, nestes 39 anos aqui analisados (1965-2003), chegando a 7,5 milhões de toneladas, sendo que 95,8% foram procedentes da Argentina.

2.1 Os sistemas e os custos de produção: razão pala opção argentina (?)

Os sistemas de produção aplicados tanto na Argentina como no Brasil são de duas naturezas: plantio convencional e plantio direto. Este último ganhando espaço significativo a partir do início da década de 1990. Sabe-se que o plantio direto representa uma redução de custos da ordem de 20% em relação ao convencional, conforme a realidade do Noroeste gaúcho⁴. No entanto, o mesmo não se verifica na Argentina, onde o plantio convencional apresenta um custo da ordem de 15% a 17% menor do que o direto, em função do menor uso de herbicidas e fertilizantes químicos.

No entanto, de forma geral, o custo de produção argentino é mais baixo do que o registrado nos dois principais Estados produtores do Brasil. Assim, enquanto os custos médios na Argentina variaram entre US\$ 6,00 e US\$ 8,00/saco⁵, no período de 1994 a 2003, o referido custo no Rio Grande do Sul variou entre US\$ 5,87 e US\$ 13,38/saco. Já no Paraná, o custo ficou entre US\$ 9,19 e US\$ 22,20/saco.

Em outras palavras, verificamos que, em termos médios, o custo do trigo no Rio Grande do Sul chega a US\$ 9,34/saco nos 10 anos aqui considerados, contra US\$ 13,36/saco no Paraná e apenas cerca de US\$ 7,00/saco na Argentina. A diferença de custos entre o Paraná e o Rio Grande do Sul se dá especialmente pela maior prática do plantio direto no Estado gaúcho assim como a menor utilização de insumos, fato que compromete seguidamente a produtividade das lavouras.

Dados completos, obtidos para o ano de 1996, nos mostram que o custo total no Brasil era de US\$ 409,21/hectare, contra US\$ 345,98 na Argentina e US\$ 411,77/hectare nos EUA. A margem bruta era de respectivamente US\$ 16,79; US\$ 198,49 e US\$ 45,06/hectare. Nestas condições, a competitividade do trigo argentino é muito superior, fato que explica o interesse do Mercosul, e particularmente da Argentina, na liberalização dos mercados agrícolas quando da constituição dos acordos da ALCA e da União Européia-Mercosul. De tal forma, que o preço de equilíbrio, para a Argentina, chega a US\$ 105,24/tonelada enquanto no Brasil o mesmo era de US\$ 170,50 e nos EUA de US\$ 235,30/tonelada. Vale destacar ainda que o custo total na Argentina, em 2003, havia recuado para US\$ 265,02/tonelada contra US\$

⁴ Cf. estudos de campo realizados pelo Departamento Técnico da Cotrijuí.

⁵ Importante se faz destacar que não nos foi possível obter as informações sobre o custo de produção na Argentina, dentro da série completa dos 10 anos compreendidos entre 1994 e 2003. Apenas em três anos se obteve registros, a saber: US\$ 6,31/saco em 1996; US\$ 7,82/saco em 2003; e US\$ 6,82/saco em 2004, ano que desconsideramos em nosso trabalho. Neste sentido, as informações foram complementadas com entrevistas realizadas junto a organismos técnicos brasileiros e argentinos.

358,56/tonelada no Rio Grande do Sul. Ou seja, os custos no Estado gaúcho superavam os da Argentina em US\$ 93,54/hectare ou 35,3%.

Quadro 1 Comparativo entre Brasil, Argentina e Estados Unidos

Países		Brasil	Argentina	Estados Unidos
1996	Custo Total (US\$/ha)	409,21	345,98	411,77
	Margem Bruta (US\$/ha)	16,79	198,49	45,06
	Preço Equilíbrio (US\$/ton)	170,50	105,24	235,30
2003	Custo Total (US\$/ton)	358,56*	265,02	ND

ND = Não disponível

* Valor referente ao RS

Fonte: INTA, IAPAR, EMBRAPA

Especificamente no que tange ao uso de fertilizantes, dados da segunda metade dos anos de 1990 indicam que o custo médio no Brasil chegava a US\$ 107,07/hectare, enquanto nos EUA o mesmo era de US\$ 38,39/hectare. Já na Argentina, o uso deste insumo é praticamente nulo, existindo gastos com adubação de cobertura em algumas regiões, com um custo de US\$ 24,30/hectare.

Nestas condições, a Argentina suporta mais facilmente o recuo dos preços internacionais, podendo vender seu trigo bem mais barato, levando o Brasil, dentro dos acordos do Mercosul, a privilegiar o cereal do vizinho país em detrimento de investimentos na produção local. Isto não significa que a produção brasileira desapareça. No entanto, significa que em condições normais de oferta e demanda mundial, e particularmente no interior do Mercosul, o produto argentino estará sempre em melhor posição do que o produto nacional, fato que impede o Brasil de alcançar a auto-suficiência. Entre 2000 e 2003 o país conseguiu, no máximo, produzir 50% de suas necessidades e, assim mesmo, seguidamente com produto de baixa qualidade, muitas vezes próprio apenas para ração animal.

Desta forma, torna-se evidente que a busca pelo trigo argentino se viabiliza pelo seu preço competitivo, fato que passou a ser realçado a partir da conclusão dos acordos que definiram o Mercosul. Esta realidade se comprova com a observação do fluxo comercial do Brasil com seus diferentes parceiros comerciais junto ao comércio do trigo.

2.2 As importações de trigo brasileiras e o papel da Argentina como fornecedor

Em 1965, o Brasil importou 1,9 milhão de toneladas de trigo. Deste total, 1,29 milhão vieram da Argentina, o que representa cerca de 68% do total. Por sua vez, as vendas argentinas ao exterior, naquele ano, somaram 6,66 milhões de toneladas. Ou seja, o mercado

brasileiro representava 19,4% do total das vendas de trigo por parte do vizinho país. Dez anos depois, mais precisamente em 1975, esta relação havia se alterado substancialmente. Naquele ano, o Brasil importou 3,07 milhões de toneladas, porém, apenas 240.000 toneladas foram procedentes da Argentina. Paralelamente, o vizinho país exportou bem menos volume em trigo, chegando a apenas 1,76 milhão de toneladas, após problemas em sua produção.

Assim, grande parte do trigo importado pelo Brasil, em 1975, teve origem nos EUA (1,98 milhão de toneladas), seguido do Canadá (800.000 toneladas). O complemento das compras externas veio do Uruguai (50.000 toneladas).

Em 1985, as compras brasileiras de trigo somaram 4,04 milhões de toneladas, sendo que a Argentina contribuiu com apenas 685.000 toneladas ou 17% do total. Contrariamente há 10 anos antes, em 1985 as exportações argentinas de trigo somaram 9,58 milhões de toneladas. Novamente, EUA e Canadá complementaram as compras brasileiras, com respectivamente 1,68 milhão e 1,0 milhão de toneladas. Efetivamente, entre 1975 e 1985, as compras externas de trigo, por parte do Brasil, cresceram, porém, a participação da Argentina nas mesmas foi bastante reduzida.

Este quadro irá se alterar a partir de 1986, na medida em que o Brasil quase alcança a sua auto-suficiência. Assim, entre 1986 e 1990, as compras externas brasileiras variaram entre 953.000 e 2,7 milhões de toneladas, conforme o ano. Neste período, a Argentina chegou a participar com até 100% do abastecimento brasileiro. Tal realidade irá se acentuar a partir de 1990 quando o Brasil deixa de efetuar compras estatais, colocando a produção nacional diretamente na dependência do mercado. Em 1991, com a formação do Mercosul, a Argentina se consolida definitivamente como o principal fornecedor brasileiro de trigo.

Entre 1990 e 2000, as compras externas de trigo, por parte do Brasil, foram multiplicadas por cerca de quatro vezes, passando de 1,9 milhão de toneladas para 7,6 milhões de toneladas. Destes totais, a Argentina participou com 94% e 95%, respectivamente, da oferta destinada ao Brasil. Ao mesmo tempo, as compras do Brasil junto ao mercado argentino representaram respectivamente 31% e 67% do total exportado pelo vizinho país. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Brasil passou a privilegiar o produto argentino, em função dos acordos do Mercosul e por encontrar uma oferta abundante, de qualidade e mais barata, as importações brasileiras passaram a ocupar um lugar de destaque nas vendas de trigo por parte da Argentina. Este quadro ficou mais evidente entre 1998 e 2001 (cf. gráfico a seguir).

A partir de 2000, com a melhoria paulatina dos preços externos (as cotações médias em Chicago passaram de US\$ 2,57/bushel em 2000 para US\$ 3,34/bushel em 2003, ou seja, um aumento de 30%, chegando a US\$ 3,58/bushel na média dos primeiros nove meses de

2004) e os efeitos da desvalorização cambial realizada pelo Brasil em 1999, quando passou a adotar um regime cambial flexível, as importações ficaram mais custosas. Esta nova realidade levou a um aumento na produção de trigo no interior do Brasil, fato que reduziu o volume importado. Este, que foi de 7,6 milhões de toneladas em 2000, recua para 6,2 milhões em 2003, com projeção de chegar a 5,5 milhões de toneladas em 2004. Ou seja, o recuo, em quatro anos, se consolida em cerca de 28%. Neste mesmo período, o volume importado da Argentina igualmente recua, porém, sua participação no total geral permanece sem grandes alterações. Desta forma, as compras realizadas no vizinho país recuam, nos últimos quatro anos, de 7,2 milhões de toneladas para 4,8 milhões (projeção para 2004). Isto representa uma queda de 33% no período. Ou seja, as compras feitas na Argentina, que representavam 95% do total em 2000, recuam para 87% na projeção para 2004, após 89% em 2003. Assim, embora a Argentina permaneça como o grande fornecedor nacional de trigo, o Brasil reduziu um pouco mais suas compras oriundas deste país em relação ao restante do mercado mundial.

Paralelamente, as vendas para o Brasil, que representavam, na Argentina, 67% de suas exportações em 2000, caem para 57% em 2002. Diante da frustração na produção argentina de 2003, suas exportações totais recuam para 6,1 milhões de toneladas, sendo que 90% acabaram se destinando ao Brasil. Mas este quadro de recuperação parece ser esporádico pois, na projeção para o ano de 2004, a participação do Brasil nas exportações totais argentinas de trigo recuaram para 60%. Na prática, os EUA acabaram sendo os beneficiados. Suas vendas ao Brasil passam de 51.685 toneladas em 2000 para 677.180 toneladas em 2002 e 500.014 toneladas em 2003. Neste último ano, o Canadá exportou 170.318 toneladas de trigo ao nosso país, após 33.820 toneladas em 2001 e 163.077 toneladas em 2000. Ou seja, há uma certa correlação direta entre o aumento da produção de trigo no Brasil e a redução da participação relativa da Argentina nas vendas de trigo ao nosso país.

2.3 A evolução dos preços internacionais do trigo e os impactos nos preços argentinos e brasileiros

Os preços médios do trigo na Bolsa de Chicago, entre 1985 e 2004 (primeiros nove meses), evoluíram entre um mínimo de US\$ 2,57/bushel⁶, registrado em 2000, e um máximo de US\$ 4,80/bushel, registrado em 1996.

Na verdade, nos 20 anos aqui analisados, o período de pior preço médio se deu entre julho de 1998 e setembro de 2001 quando o mercado ficou ao redor de US\$ 2,63/bushel. Este

⁶ Um bushel de trigo equivale a 27,21 quilos.

período deu seqüência a um longo espaço de tempo em que os preços estiveram muito bons. O mesmo iniciou em agosto de 1991 e durou até março de 1998. Nestes 80 meses, a média ficou em US\$ 3,72/bushel, com pico de até US\$ 6,13/bushel, registrado na média de maio de 1996. O mais interessante neste contexto é que a reação da produção brasileira se dará exatamente no momento em que os preços internacionais recuam, ou seja, a partir de 2000. Parte da explicação está no fato de que particularmente na Argentina, a partir de meados de 2002, seus preços internos sobem de forma relativamente importante.

De fato, a realidade de preços internacionais provocou um movimento de redução nos preços FOB da Argentina num primeiro momento. Os mesmos, que haviam chegado a US\$ 10,67/saco de 60 quilos na média de 1995 e US\$ 13,11/saco em 1996, recuam fortemente nos anos seguintes. A tal ponto que em 1999 a Argentina exportou seu trigo a um preço médio de US\$ 6,87/saco. Ou seja, em três anos o produto argentino perdeu 47,6% de seu valor, puxado pelo comportamento negativo de Chicago e pelas boas safras locais. Efetivamente, o trigo na Argentina tem seu preço balizado por Chicago, na mesma lógica que encontramos o comportamento da soja no Brasil, por exemplo. Importante se faz lembrar que até esta data a Argentina não havia desvalorizado sua moeda, fato que irá ocorrer no final de 2001.

A partir de junho de 2002 os preços internos no vizinho país confirmam seu movimento de alta, o qual irá durar dois anos, ou seja, até junho de 2004. Na oportunidade a média de preços FOB portos argentinos ficou em US\$ 9,56/saco. Assim, os preços no Brasil respondem à elevação dos preços na importação, particularmente do produto oriundo da Argentina, por significar o maior volume. Ao mesmo tempo, o clima positivo, associado a uma redução na oferta local, estimulam os produtores a semearem o cereal. Isto recebe igualmente um certo apoio do Estado, através de financiamentos a juros menores do que os praticados no mercado. Um terceiro aspecto que irá influenciar tal decisão é a retomada da produção de soja, estimulada por menores custos graças a transgenia, associada a um período de preços elevados para a oleaginosa em Chicago. Por um breve momento, o Sul do Brasil viu se fortalecer novamente o tradicional binômio trigo-soja, fato que comprometeu novamente os projetos de diversificação (leite, suínos, gado de corte, frutas e legumes) existentes.

Neste contexto, os preços do trigo no Rio Grande do Sul, que chegaram a US\$ 9,94/saco ao produtor, na média de 1996, após US\$ 8,43 um ano antes, recuam para US\$ 6,29 em 1999. Posteriormente, ocorre uma paulatina recuperação (com exceção do ano de 2001),

com os mesmos fechando a média de 2003 em US\$ 8,58/saco, isto é, o melhor ano em termos de preço médio desde 1996⁷.

Por sua vez, os preços do trigo no Paraná, seguem a mesma lógica, porém, com valores mais elevados. Isto se dá pelo fato do produto paranaense normalmente acusar uma qualidade superior, além de entrar no mercado mais cedo (setembro). De fato, entre 1995 e 2004, em apenas um ano (2002), o preço ao produtor gaúcho foi superior em 10% ao preço pago ao produtor paranaense. Nos demais anos, os preços do trigo no Paraná foram mais elevados, variando entre 4% e 12%, sendo que em 2004 (primeiros nove meses do ano) o preço médio no Paraná superou o gaúcho em 23%.

3 A cadeia produtiva do trigo no Brasil: um breve relato

No primeiro nível da cadeia temos as indústrias de insumos agrícolas. São elas: sementes, corretivos, máquinas e implementos, defensivos agrícolas e fertilizantes. Em 2002, conforme quantificação realizada por meio do levantamento do faturamento dessas indústrias com as vendas para a cadeia do trigo, esse segmento representou um faturamento de R\$1,081 bilhão (sementes - R\$ 77 milhões; corretivos – R\$ 3 milhões; defensivos – R\$ 212 milhões; máquinas e implementos – R\$ 492 milhões; fertilizantes – R\$ 297 milhões). No mesmo ano, a produção rural foi quantificada por meio da multiplicação da produção de trigo da safra 2001/2002 (2.913.900 toneladas e seu preço médio). Assim, o montante obtido com a comercialização daquela safra foi de R\$ 1,152 bilhão. A diferença (R\$ 71 milhões) entre o valor movimentado pelo segmento de insumos agrícolas (R\$ 1,081 bilhão) e a produção rural (1,152 bilhão) é resultado da agregação de serviços, mão-de-obra e margem de lucro de um nível para outro. No mesmo nível da produção de trigo encontram-se as importações de trigo-grão. A produção nacional não é suficiente para suprir as necessidades internas. Portanto, grande parte do trigo utilizado pelos moinhos é proveniente de outros países. No ano de 2002, as importações de trigo somaram R\$ 2,634 bilhões. O nível seguinte, dos moinhos, representa o primeiro processo de industrialização (produção de farinha de trigo) e foi quantificado por meio do levantamento do faturamento dos moinhos em 2002 (R\$ 5,850 bilhões) e a produção rural juntamente com as importações de trigo grão (R\$ 3,786 bilhões), correspondendo ao valor agregado pelos serviços, mão-de-obra, energia e margem de lucro realizado pelo setor moageiro. Por sua vez, no abastecimento da indústria alimentícia, além da farinha de trigo

⁷ Em 2004, a média de preços voltou a recuar, tendo registrado, nos nove primeiros meses, o valor de US\$ 7,96/saco, com tendência de um recuo ainda mais expressivo nos quatro meses restantes (outubro a dezembro).

produzida pelos moinhos, também ocorre a importação de uma pequena quantidade de farinha, farelo e misturas, representando um montante de R\$ 120 milhões em 2002. Ressalta-se que, até esse ponto de cadeia, os valores obtidos para quantificação do sistema são referentes aos montantes movimentados diretamente com o produto “trigo”. A partir desse ponto da cadeia, a quantificação foi realizada por meio do levantamento do faturamento dos diferentes setores presentes no sistema. No entanto, esse faturamento não é limitado ao produto “trigo”, pois existem outros componentes agregados aos produtos (açúcar, sal, fermento, aditivos, embalagens, entre outros). Também é importante salientar que a partir desse ponto não é mais possível inferir o valor agregado com serviços, mão-de-obra e margem de lucro, por meio da diferença de faturamento de um nível para outro. Isso ocorre devido ao fato de a distribuição dos produtos não se dar linearmente de um nível para outro, e sim de diversas formas. Em 2002, a indústria de alimentos faturou R\$ 7,896 bilhões (massas – R\$ 2,361 bilhões; panificação – R\$ 2,055 bilhões; biscoitos – R\$ 3,480 bilhões). O faturamento do setor atacadista foi de R\$ 2,1 bilhões e o do setor varejista, R\$ 16,34 bilhões (auto-serviço – R\$ 5,42 bilhões; padarias – R\$ 6,6 bilhões, refeições coletivas – R\$ 4,32 bilhões). Assim, com o intuito de quantificar o valor movimentado internamente pelo eixo-central da cadeia, somou-se o faturamento dos seus níveis principais: insumos agrícolas (1,086 bilhão), produção rural e importações (R\$ 3,786 bilhões), moagem (R\$ 5,97 bilhões), indústria de alimentos (R\$ 7,896 bilhões), atacado (R\$ 2,1 bilhão), e varejo (R\$ 16,34 bilhões). O resultado final indicou que, em 2002, o eixo-central da cadeia do trigo no Brasil movimentou aproximadamente R\$ 37 bilhões.⁸

Paralelamente, em 2002, o governo federal recolheu um montante de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão com a tributação dos agentes participantes da cadeia do trigo. Esses tributos (PIS/Pasep; Cofins e CPMF em cascata), recolhidos em 2002, estão distribuídos na seguinte forma entre os “elos” produtivos da cadeia (não estão inclusos aqui os setores de distribuição): insumos Agrícolas: US\$ 30,6 milhões (setor de sementes – US\$ 2,5 milhões; corretivos - US\$ 70 mil; defensivos – US\$ 6 milhões; máquinas e implementos – US\$13,5 milhões; fertilizantes – 8,5 milhões); insumos para moinhos: US\$ 47,2 milhões (setor de plásticos flexíveis – US\$ 21 milhões; papelão ondulado – US\$ 640 mil; açúcar – US\$ 17 milhões; sal – US\$ 790 mil; fermento – US\$ 5,5 milhões; oxidantes – US\$ 740 mil; Enzimas – US\$ 1,5 milhão); produção rural: US\$ 11 milhões; moinhos: US\$ 181 milhões; indústria de Alimentos e Rações: US\$ 1,5 bilhão: (setor de massas – US\$ 76 milhões;

⁸ ROSSI, R.M & NEVES, M.F. Estratégias para o trigo no Brasil. Ed. Atlas/PENSA-UNIEMP : São Paulo-SP, 2004. 224 p.

panificação – US\$ 66,5 milhões; padarias – US\$ 665 milhões; biscoitos – US\$ 113 milhões; ração animal – US\$ 553 milhões).

Para a produção rural o trigo apresenta significativa importância. Como cultura de inverno, fica evidente que o cereal reduz a ociosidade do investimento terra, podendo propiciar duas culturas aos produtores, e, mais do que isto, dar melhor uso para sua mão-de-obra, máquinas, infra-estrutura de armazenagem e outros investimentos. Só como exemplo, a utilização do trigo em rotação de culturas, pode reduzir em 15% o custo de produção da soja, isso devido ao aumento da fertilidade do solo, diminuição de invasoras, entre outros fatores.⁹

Outro ponto importante a ser destacado é a oportunidade de emprego no ramo da agricultura. Entre 2001 e 2002 a oportunidade de emprego no trigo cresceu 14,8%, contra uma média de 4,7% nas culturas do agronegócio brasileiro. Estimava-se que a agricultura empregava 108.000 famílias de produtores e mais de 200.000 empregos indiretos foram gerados em 83.000 propriedades rurais.¹⁰

3.1 Desregulamentação da produção

A intervenção do governo no mercado do trigo, consolidada no Decreto-Lei nº 210, de 1967, resultou em uma total desvinculação do mercado brasileiro em relação ao preço internacional. Para se ter uma idéia do descaso com a paridade internacional, em 1986 o preço internacional era de US\$ 130,00/tonelada e o preço interno, em nível do produtor no Brasil, era de US\$ 241,00/tonelada, passando a US\$ 185,00/tonelada em 1987 e 1988. Em vista disso, a desregulamentação do setor e a abertura da economia não poderiam deixar de causar um profundo impacto no setor.

No momento da extinção da política oficial para o trigo, o preço CIF de importação se encontrava em nível bastante deprimido, pressionado pelos elevados volumes dos estoques mundiais e pelo amplo programa de subsídio às exportações do trigo estadunidense. Em 1991 e 1992, as cotações FOB Argentina chegaram a atingir US\$ 90,00/tonelada. A partir de 1994, o Brasil deixou de adquirir o trigo estadunidense pelo programa de EEP (Programa de Incentivo às Exportações) e a sua referência internacional voltou a se situar aos níveis de US\$ 159,00/tonelada FOB Golfo e US\$ 120,00 a US\$ 135,00 FOB Argentina.

Mesmo com a extinção da intervenção estatal, os preços mínimos ainda se conservaram elevados em relação aos preços de mercado, passando o governo a adotar o

⁹ NEVES, M. F.; ROSSI, R.M. & CASTRO, L. T e. Projeto Trigo PENSA, Relatório Final. Instituto UNIEMP, 2002.

¹⁰ NEVES, M. F.; ROSSI, R.M. & CASTRO, L. T e. Ibidem, 2002.

sistema de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e a Conab ainda permaneceu ativa nas compras do cereal, com os níveis de sustentação fixados em R\$ 173,00/tonelada, enquanto os preços internacionais mantinham-se ao redor de US\$ 140,00/tonelada. O produto nacional ainda se direcionava para as mãos do governo, pois os moinhos tinham melhores condições na importação.

No período de 1995 até final de 1996, os preços internacionais se elevaram a níveis recordes devido ao desequilíbrio entre oferta e demanda e queda no nível dos estoques mundiais, atingindo patamares de US\$ 190,00 a US\$ 220,00/tonelada, elevando os preços de importação e produzindo uma situação de convergência entre os preços externos e internos. Pela primeira vez, desde a extinção do monopólio estatal de compra, a Conab deixou de ser a opção de mercado do trigo, processando-se negociações diretas entre os moinhos e os produtores, como convém a um mercado desregulamentado.

Os preços mínimos foram reduzidos para US\$ 157,00/toneladas, mas a partir de 1997, com a reversão no cenário mundial e queda das cotações, voltaram a se situar acima dos níveis de paridade de importação. Os estoques de passagem da Conab nas safras 1996/97 e 1997/98 ficaram em 692.000 toneladas e 507.000 toneladas respectivamente, o que significa 25% e 30% da produção nacional do grão, indicando ainda uma forte intervenção estatal na comercialização do produto, operacionalizada através do mecanismo do PEP, através do qual o governo subvenciona a diferença entre o preço de mercado (mais baixo) e o preço mínimo (mais elevado) nos leilões de venda do produto.

A queda da produção após a reforma era esperada, porquanto antes da política de liberalização do mercado do trigo, o governo adquiria o produto a preços artificialmente acima da paridade. Entretanto, a intensidade da queda foi muito maior do que se poderia supor.

O setor produtor de grão, principal elo da cadeia do trigo, deu logo sinais de que esse processo de desregulamentação havia se constituído em um *over shooting*. A primeira safra de trigo nacional comercializada após a desestatização foi feita em um cenário de preços bastante deprimidos. Os moinhos passaram a se abastecer do trigo importado em razão dos preços relativamente mais baixos, da melhor qualidade e das facilidades de financiamento. A reforma da política extinguiu os preços de aquisição e introduziu o trigo na pauta de preços mínimos. Devido à defasagem de preços, as primeiras safras após a desestatização foram parar nas mãos do governo ou foram vendidas aos moinhos a preços substancialmente mais baixos do que prevaleciam no passado. As conseqüências foram as sucessivas quedas de área e de produção. O governo reagiu com uma política de apoio através dos mecanismos tradicionais, criando

ainda novos mecanismos, mas não foi capaz de deter a substancial redução da produção nacional.

Um princípio estava sendo questionado: liberdade de mercado para o setor agrícola pressupõe a não internação de práticas desleais de comércio, e a competitividade pressupõe condições equitativas de concorrência entre os parceiros. Ora, o governo brasileiro reagiu com descaso em relação à internalização de produto proveniente de países que subsidiavam suas produções e exportações. O argumento utilizado para se evitar uma aplicação de salvaguardas foi o de que a elevação dos preços do trigo traria impacto sobre a inflação. Este argumento havia sido utilizado pelo interesse organizado dos moinhos reiteradas vezes no passado. Na prática, para favorecer a uma redução dos preços do trigo e derivados, no mercado interno, o governo brasileiro apoiou fortemente a desregulamentação do setor e a abertura do mercado à qualquer produto importado. Esta medida, além de favorecer o trigo argentino, permitiu a livre entrada do trigo subsidiado, diretamente dos EUA e da União Européia, ou através de triangulação via o Uruguai e outros países, mesmo havendo a Tarifa Externa Comum no seio do Mercosul.

Tal estratégia colocou em xeque, de forma mais aguda, a produção nacional do cereal, levando a uma forte redução na oferta local pela redução na área plantada e diminuição dos investimentos em tecnologia por parte do produtor. Assim, de uma quase auto-suficiência em 1986/87 (6,5 milhões de toneladas), o país retrocedeu para uma produção média que varia entre 4 e 6 milhões de toneladas 20 anos depois, respondendo por cerca de apenas 50% da demanda interna. E, para os anos futuros, não se percebe condições de recuperação em tal produção em não havendo alterações nas condições de mercado e na postura do Estado em relação ao produto.

Neste contexto, sob o ângulo do produtor pode-se dizer que o mesmo sem tempo e condições de estruturar-se para competir com o produto importado, passou a enfrentar (como enfrenta até hoje) a total falta de perspectiva de comercialização dos estoques de safras presentes e passadas, que se acumulam nos armazéns. A comercialização era e é muito difícil, com a presença de produto importado em condições de juros e prazos concessionais.

Não foi tentada nenhuma medida para sustar o processo do surto de importações, que acarretou a redução de área e produção não esperadas. Com a desregulamentação da comercialização e da industrialização do trigo no país, o mercado do trigo nacional desorganizou-se e não foi adotada medida de salvaguarda de acordo com o que o Congresso Nacional havia determinado (preocupado com o que poderia acontecer com o trigo) como atividade econômica, devido às grandes mudanças que estavam ocorrendo nas normas da

comercialização e industrialização do mercado interno, dentro da lei. Tal realidade evidenciou igualmente a total fragilidade da cadeia do trigo brasileira, que jamais agiu como tal em busca da defesa da atividade. Constantes diferenças internas entre os membros da cadeia, onde o mais forte constantemente tira proveito do mais fraco, auxiliaram na estagnação da triticultura nacional a partir da retirada do Estado no processo. Esta realidade praticamente não evoluiu até hoje (2006), fato que continua comprometendo a triticultura nacional como uma atividade econômica rentável e viável.

Em suma, a excessiva regulamentação do setor criou distorções no mercado, tanto no produtor quanto na indústria. Quando foi retirada, causou efeitos de redução de área e cultivos do cereal. Não se levou à prática a intenção do governo de promover a abertura prevenindo a concorrência desleal do produto importado que, no caso do trigo, era ainda mais procedente, tendo em vista o processo de transição do setor de um mercado estatizado para um mercado livre. Assim, na prática o país retornou logo aos percentuais de auto-abastecimento existentes até 1967, quando o Decreto-Lei nº 210 estatizou a comercialização: 25% de produto de origem nacional frente a 75% de importado. Em meados dos anos de 1990 se detectava o abandono de 1,8 milhão de hectares, antes ocupados com trigo. Dez anos após (2005/06) a situação pouco evoluiu, salvo em momentos esporádicos, motivados por elevações de preço conjunturais.

3.2 Aspectos atuais do trigo no Brasil

Apesar da realidade, não tão propícia ao trigo, 95% dos produtores continuam plantando trigo. Através de pesquisa de campo, realizada com produtores rurais pode-se concluir, que o plantio nos anos 80 se deu basicamente em função do apoio do governo à cultura, através do preço mínimo, de crédito facilitado e da compra estatal. Além disso, o custo de produção ainda era reduzido e, diante da falta de opção para o inverno, a cultura compensava. Paralelamente, se aproveitava o plantio do trigo para exercer uma rotação de culturas, diluindo os custos fixos da safra de verão. Quanto aos dias de hoje, apesar dos baixos preços, da concorrência Argentina, da falta de apoio do governo federal e dos altos custos, a principal motivação vem da necessidade de rotação de culturas e da cobertura de solo durante o inverno. Além disso, pesa ainda o fato da atividade continuar diluindo parcialmente os custos fixos para a safra de verão. Raros foram os produtores que indicaram a esperança de obter uma boa safra para conseguir um complemento de renda no ano. Quanto àqueles que pararam de plantar ou diminuíram a área plantada, os motivos principais que os

levaram a esta atitude são dois: a falta de uma política oficial, apoiada em preços mínimos viáveis; e os baixos preços de mercado associados aos altos custos de produção”.

No que diz respeito a comercialização de trigo, nos anos 80 a mesma era realizada via o Banco do Brasil, através de compras estatais. A partir de 1990 a comercialização de trigo passou a ser livre e as cooperativas passaram a comercializá-lo no mercado diretamente. As cooperativas comprando dos produtores no sistema “balcão” (compra direta de qualquer volume com o preço sendo estabelecido em função da qualidade do produto) e no sistema de lotes. Os mecanismos de EGF e AGF igualmente são utilizados, embora em menor intensidade após a retirada do Estado das compras de trigo. O produto entre indústrias passou igualmente a ser vendido no mercado livre, sobretudo através de lotes. Atualmente, as cooperativas destinam parte de seu trigo a seus moinhos (aquelas que possuem parque de moagem), parte para as indústrias moageiras privadas, às vezes uma certa quantidade para o governo, graças aos leilões PEP (Programa de Escoamento de Produto) e outros mecanismos, e raramente exportam o cereal.

Segundo as cooperativas, as três maiores dificuldades que seus associados encontram para comercializar o trigo são: forte instabilidade do mercado, com preços geralmente muito baixos; dificuldades de enquadrar o produto ofertado aos padrões exigidos pela indústria, em termos qualitativos; importações constantes, sem uma política oficial definida para o produto.

A comercialização do trigo entre as cooperativas e moinhos igualmente enfrenta dificuldades. A primeira delas está na instabilidade do mercado, com baixa liquidez na medida em que os moinhos priorizam pouco a compra do trigo nacional. Isto se deve a qualidade e padronização do produto nacional, aos prazos de pagamento e ao câmbio. Tal realidade gera uma baixa rentabilidade, pois os custos de estocagem e de frete penalizam em demasia as cooperativas, diante de preços geralmente baixos pagos pelos moinhos. Na prática, existe um oligopólio dos grandes moinhos no Brasil, os quais ditam as condições de comercialização a cada safra. Os moinhos menores, em muitos casos, acabam não sendo mais uma solução comercial, pois enfrentam uma situação de inadimplência.

Enfim, as cooperativas destacam as principais diferenças entre a comercialização dos anos 80 e a realizada atualmente. Nos anos 80, o processo era fácil e tranquilo porque o Estado comprava todo o produto com subsídios. Os preços eram definidos antecipadamente e, portanto, o mercado era garantido. Hoje, o mercado é livre, a competição é acirrada e as cooperativas brasileiras enfrentam uma forte concorrência do trigo externo, principalmente do produto oriundo da Argentina. Além disso, há problemas com a qualidade do trigo nacional, devido ao clima muito instável, e à própria exigência dos moinhos em relação ao produto

desejado. Em síntese, as exigências de competitividade cresceram significativamente e nem todas as cooperativas conseguem acompanhar o processo.

Outro aspecto a ser considerado é a aquisição, por parte de alguns grupos moageiros, de indústrias de transformação, caracterizando, assim, uma coordenação vertical da cadeia produtiva para frente. A unidade moageira produzirá farinhas específicas para atender suas próprias exigências e, conseqüentemente, ampliará suas margens de comercialização. O resultado desta coordenação e integração vertical poderá ser repassado para os produtores agrícolas à medida que os mesmos poderão produzir parte da matéria-prima destinada aos moinhos, através de contratos.

3.3 Alguns fatores que afetam a competitividade da cadeia ¹¹

A expansão da produção de trigo, que chegou a beirar a auto-suficiência, no período de 1986 a 1990 se deveu, em grande parte a uma política de preços elevados de aquisição pelo governo, combinada com uma política de crédito, destinada a viabilizar a adoção da tecnologia recomendada pela pesquisa agropecuária. Pela nova política, os produtores eram induzidos a abandonar a tecnologia usual e adotar o pacote recomendado, de custo mais elevado, porém associado a maiores rendimentos físicos. Mais uma vez, o mecanismo adotado isolava os preços do mercado interno da paridade internacional. A resposta dos produtores não podia deixar de ser a expansão dos cultivos a preços garantidos.

A liberalização do comércio tritícola, decidida em 1990, altera profundamente este quadro.

Cinco anos após a mesma, o Brasil estava plantando 990.000 hectares de trigo, quando, em 1966, havia plantado 4 milhões de hectares. Havia caído a área, havia se desorganizado a comercialização, e o Brasil importava 5,3 milhões de toneladas, de um consumo total de 8,8 milhões. Dos 6,1 milhões de tonelada produzidas em 1987, o país passou em 1995, a 1,5 milhão produzidas. Em 2005, dos 10,5 milhões de toneladas consumidas, o país produziu 4,4 milhões de toneladas.

A análise do principal elo da cadeia mostra que o trigo brasileiro perdeu área e produção em níveis muito elevados. O Brasil passou de quinto a segundo maior importador de trigo nos últimos anos, as vezes chegando a primeiro importador. Ao mesmo tempo o consumo assinalou crescimento acentuado. Como o setor produtor nacional pôde perder tais oportunidades de mercado, perdendo um precioso *market share* e perdendo, mais ainda, as

¹¹ FGV/IPEA, 1998.

oportunidades de crescimento da demanda?. Simplesmente porque , com a nova política, a partir de 1990, o trigo nacional foi largamente substituído pelo importado. O motivo central disto está na postura dos produtores, que raramente trataram o produto como uma alternativa de renda direta, via comércio, no interior de uma cadeia de produção que jamais funcionou como tal (em defesa da triticultura onde todos os elos se beneficiam) e que historicamente havia se acomodado no seio da intervenção estatal.

O Brasil não dispunha, de fato, de uma estrutura capaz de promover a defesa da concorrência na medida do que exigia um comércio livre e desgravado de produtos industriais. A eliminação dos produtores menos eficientes era esperada pelos formuladores de política. Entretanto, a redução no plantio e na produção foi muito superior ao esperado.

Havia uma concorrência muito forte com o produto importado. Com a queda da área, em níveis bem superiores ao esperado, perdia o setor produtor, mas também perdiam todos os segmentos agroindustriais da “porteira da fazenda para dentro”, principalmente de insumos agrícolas, muito embora a indústria moageira não enfrentasse os mesmos problemas. O alto grau de dependência com relação ao suprimento externo atingiu um patamar superior a 70% do consumo anual em 1998. Hoje (2005), o mesmo atinge ao redor de 57%.

Entre os fatores que influenciam na competitividade do setor tritícola nacional destaca-se a pesquisa feita por órgãos públicos, como a EMBRAPA e órgãos privados. Destaca-se ainda o crédito rural, o seguro agrícola (PROAGRO), a capacitação dos produtores, o avanço tecnológico, a facilidade de logística e transporte e os preços mínimos de comercialização. A abertura comercial prejudica os produtores nacionais devido a grande competitividade da atividade tritícola em outros países, onde as condições naturais são mais favoráveis e os incentivos e subsídios são altos, já que o governo brasileiro não é capaz de destinar recursos públicos para a preservação da rentabilidade de certos setores da atividade agrícola.

Tem-se ainda a política tarifária do Brasil para a importação de trigo, que no grão passou a ser de 10% a contar de 01/01/2003, se tiver origem em países que não fazem parte do Mercosul, já que para estes existe uma isenção. Fato este que novamente prejudica a produção nacional já que o governo argentino contribui com benefícios indiretos para aumentar a renda e conseqüentemente a competitividade da produção tritícola da Argentina.

Outro fato que prejudica a produção tritícola do Brasil é a cadeia de tributação que incide sobre o trigo nacional, que está entre as mais elevadas do mundo. O Brasil, comparado ao Mercosul e Comunidade Econômica Européia, apresenta parâmetros tributários mais elevados. Enquanto as alíquotas modais do IVA na Comunidade Econômica Européia situam-

se entre 1% e 6%, na Argentina em 11%, no Brasil a carga pode chegar a 20%. Na Argentina, os insumos agrícolas e os combustíveis são isentos de impostos gerais sobre venda. Também é permitido ao exportador recuperar o Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) na ordem de 18%, aumentando a competitividade dos produtos agrícolas em relação ao Brasil.¹²

Assim, um aspecto que pode aumentar a competitividade do trigo nacional está na ação do governo em reduzir impostos. A redução de impostos funciona exatamente como estímulo à produção, pois a tributação elevada de um produto muitas vezes retira o valor agregado que um produto poderia ter no mercado. Há países onde os impostos sobre alimentos tendem a desaparecer, como na Inglaterra e grande parte da Europa. Ocorre que o Estado brasileiro e a maioria dos Estados da Federação, caso do Rio Grande do Sul, estão em situação financeira precária. Neste sentido, dificilmente haverá interesse regional em reduzir impostos, mesmo de produtos alimentícios, salvo encontrar-se um sistema de compensação via outros setores da economia. Na prática, enquanto a União e os Estados não enxugarem e adequarem suas máquinas administrativas, tornando-as mais eficientes e menos custosas, a opção pela redução de impostos é praticamente impossível. Todavia esta seria a parte do governo. Ele precisa atuar de forma catalisadora no segmento trigo, equilibrando a renda da agricultura com a da indústria.¹³

4 Considerações finais

No momento em que nasce o Mercosul, pelo qual o Brasil abre sua economia para as importações de bens primários junto aos demais países membros, um dos produtos mais favorecidos passa a ser o trigo argentino, o qual se torna um elemento de troca essencial no contexto da nova zona comercial. Através do Mercosul o trigo argentino praticamente cativa o mercado brasileiro, infringindo enormes dificuldades de competitividade ao produto então produzido no Paraná e no Rio Grande do Sul.

O volume de produção argentino, apesar de sua posição histórica na economia mundial do trigo, não lhe é suficiente para que a Argentina seja mais do que um tomador de preços no mercado internacional. Em outras palavras, com exceção dos países limítrofes, como o Brasil, em relação aos demais a Argentina não consegue fazer sua produção influir sobre os preços.

¹² COLLE, 1998.

¹³ SILVA, Marcio Só. A Triticultura Gaúcha na Virada do Século: ameaças e oportunidades. Embrapa Trigo, Passo Fundo/RS. Disponível em <<http://www.cnpt.embrapa.br/agromet/bo>>. Acesso em 22 de outubro de 2004.

Neste contexto, o comportamento dos preços mundiais passa a influir o mercado brasileiro, a partir de 1990. Ora, os preços do trigo no mundo entram num patamar mais baixo no final do século XX, passando a US\$ 123,17/tonelada contra US\$ 210,80 ainda entre 1992 e 1996. O preço médio na região do Mercosul se estabelece em US\$ 125,00/tonelada enquanto no Brasil houve um recuo importante, com o mesmo caindo de US\$ 151,00/tonelada entre 1980 e 1991 para US\$ 119,80/tonelada entre 1992 e 2002. Neste contexto, destaca-se que o Paraná sempre (ou quase sempre) paga melhor os seus produtores. Em 36 anos, a média naquele Estado ficou em US\$ 133,00/tonelada contra US\$ 129,32 no Rio Grande do Sul. A explicação encontrada está no fato do produto paranaense entrar primeiro no mercado nacional (em setembro geralmente), ao mesmo tempo em que sua qualidade, por motivos climáticos e de solo, tem sido superior em termos médios.

A participação da Argentina na oferta externa de trigo ao Brasil se dá especialmente pelos seus ganhos em competitividade. Ou seja, o cereal argentino é mais barato na produção. Além disso, com uma certa constância, tem apresentado muito boa qualidade. Isto significa dizer que a Argentina suporta preços mais baixos para o trigo no mercado internacional. Este fato fragiliza o Brasil, pois seu custo de produção e produtividade, embora esta em ascensão, não conseguem competir a partir de preços abaixo de US\$ 140,00 a US\$ 150,00/tonelada, salvo exceções. Foi o caso no final de 2004, quando se assistiu a protestos dos produtores de trigo em função do baixo preço interno praticado (US\$ 115,00/tonelada), puxado para baixo pelo forte recuo nos preços do produto na Argentina. Estes, que chegaram a superar US\$ 170,00/tonelada FOB no primeiro semestre de 2004, recuaram para algo entre US\$ 120,00 e US\$ 130,00/tonelada FOB em outubro daquele ano.

Como consequência, confirma-se que existe uma correlação direta entre o aumento dos preços na Bolsa de Chicago e a melhoria dos preços internos aos produtores brasileiros, mesmo o cereal não sendo um produto de exportação por parte do Brasil¹⁴. Ou seja, o aumento das cotações do trigo em Chicago eleva os preços do trigo no interior da Argentina e nos seus portos. Esta elevação, dependendo do momento cambial brasileiro, torna cara as importações brasileiras. Quando as mesmas ultrapassam o limite dos US\$ 140,00/tonelada aproximadamente, o produtor brasileiro se vê estimulado a plantar mais do cereal.

¹⁴ Esta característica de país essencialmente importador de trigo (um dos maiores do mundo) foi rompida em 2003/04 pelo Brasil, pela primeira vez após 200 anos, quando exportou mais de um milhão de toneladas do cereal. O mercado tende a forçar o Brasil, contraditoriamente, a ser exportador toda a vez que a produção interna for importante e os preços mundiais na importação forem baixos. Esta sistemática tende a parar a partir do momento em que os produtores reduzem novamente sua produção, visando um equilíbrio entre os custos de produção e a receita recebida, em função da produtividade e os preços oferecidos ao seu produto.

Diante desta realidade comercial, verifica-se que a cadeia produtiva do trigo no Brasil tem sérios problemas de funcionamento. De imediato, dois questionamentos são postos em jogo: deve-se deixar os países que apresentam (aparentemente) vantagens competitivas produzir o cereal ou, então, deve-se incentivar a adoção de tecnologias e adotar um modelo de profissionalização da agricultura brasileira com o objetivo da eficiência técnica e econômica visando a auto-suficiência em trigo?

Por enquanto, o país tem se voltado particularmente para a primeira opção, justificada por questões econômicas diretas: em geral custa mais barato importar trigo do que estimular a sua produção local. No entanto, a segunda opção pode ser viável. Todavia, tal viabilidade somente se cristalizará se um conjunto de medidas for implementado. Em primeiro lugar, a cadeia produtiva deverá se reestruturar de maneira a buscar interesses comuns para aumentar a participação do produto nacional e reduzir as importações. Ou seja, a cadeia deve operar em favor do trigo nacional e não ser utilizada por alguns elos mais ágeis para a conquista de benefícios exclusivos. Aliás, este é o grande gargalo da cadeia tritícola brasileira, pois a mesma não “funciona”, na prática, como uma verdadeira cadeia produtiva.

Paralelamente, pode-se desenvolver uma produção oriunda de agricultores com produto destinado a nichos de mercado, mediante contratos de integração. É necessário um mecanismo que garanta ao produtor uma remuneração adequada ao produto, induzindo-o a utilizar tecnologias que resultarão no aumento da produtividade e, com isso, na redução dos custos de produção. Na prática, os produtores brasileiros geralmente não produzem a qualidade que agrega mais valor e possui a maior demanda.

Enfim, a produção de trigo no país não se resolve somente pela capacitação em competitividade do setor produtivo. Ela deve ser inserida em um contexto macroeconômico, no qual há de se avaliar a conveniência ou não de proteger a sua produção. Ou seja, sem uma certa proteção à produção tritícola nacional, dificilmente a mesma se mantém de maneira a chegarmos a ofertar metade de nossas necessidades. Isto revela que, no atual quadro de mercado mundial e regional, o Brasil será sempre um importador líquido de trigo, com tendência a aumentar sua dependência na medida em que o consumo interno crescer, puxado pelo aumento da população e de seu poder aquisitivo.

5 Referências Bibliográficas

AGRIANUAL. Anuário da Agricultura Brasileira. 2004. FNP – Consultorias e AgroInformativos.

AGROANALYSIS. A Revista de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro/RJ. 2004.

BRUNS, C.; DIGIOVANI, M. S. C.; et al. Cadeia Produtiva do Trigo: diagnóstico e demandas atuais no Paraná. Documento 21. Londrina: IAPAR, 1999.

BRUM, A. L. (Coord.) Mercosul: as dificuldades de uma integração e os impactos econômicos sobre as cadeias de produção de trigo, soja, milho, suíno e aves. Ijuí: v.1, 1993.

BRUM, A.L.; JANK, M.S.; LOPES, M.R. A Competitividade das Cadeias Agroindustriais no Mercosul. CEEMA (Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário), DECon/UNIJUI. Ijuí, 1997. 308 p.

COLLE, Célio Alberto. A Cadeia Produtiva do Trigo no Brasil: contribuição para a geração de emprego e renda. Porto Alegre/RS, IEPE/UFRGS, 1998. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes/ecorural/mecorural_colle_n204.pdf >

CONJUNTURA ECONÔMICA. Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro/RJ. Setembro de 2004

CUNHA BAYMA. Trigo. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1960, v.1, 361 p.

CUNHA, Gilberto R. Trigo Gaúcho e Moinhos. Disponível em <http://www.erechim.com.br/esp.php?id=48>. Acesso em 17 de Novembro de 2004.

CUNHA, G. R; TROMBINI, M. F. (Org.). Trigo no Mercosul – Coletânea de Artigos. Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia; Passo Fundo: Embrapa Trigo, 1999.

FGV/IPEA. Fatores que Afetam a Competitividade da Cadeia do Trigo. FGV (Centro de Estudos Agrícolas), Pesquisa financiada pelo IPEA. 1998, 39 p.

JACOBSEN, L.A. Diagnóstico Rápido da Cadeia de Trigo no Rio Grande do Sul. EMATER. Passo Fundo/RS.

JACOBSEN, L. A. Trigo. Serie realidade rural – Volume 32. Emater/RS – Porto Alegre/RS. ASCAR, 2003.

MINETTO, T. J. FecoAgro – Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul. Custo de Produção – Estudo nº 62. 2003. Porto Alegre/RS.

NEVES, M. F.; ROSSI, R.M.; CASTRO, L. T e. Projeto Trigo PENSA, Relatório Final. Instituto UNIEMP.

ROSSI, R.M.; NEVES, M.F. Estratégias para o trigo no Brasil. PENSA/UNIEMP, São Paulo. Editora Atlas, 2004. 224 p.

SAFRAS & MERCADO. Soja e grãos – Publicação Semanal sobre Tendências de Mercados. 2003 e 2004

SILVA, Marcio Só. A Triticultura Gaúcha na Virada do Século: ameaças e oportunidades. Embrapa Trigo, Passo Fundo/RS. Disponível em <<http://www.cnpt.embrapa.br/agromet/bo>>. Acesso em 22 de outubro de 2004.

TOMASINI, R. G. A.; AMBROSI, I. Aspectos Econômicos da Cultura de Trigo. Brasília: Cadernos de Ciência & Tecnologia. v. 15, n. 2, p. 59 - 84, maio/ago. 1998. Disponível em <<http://www.atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v15/cc15n204.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2003.

VILLWOCK, L. H. M. A inserção do Trigo no Contexto Internacional: um estudo de mercado. Porto Alegre: 1993. Trabalho de Conclusão de Curso de Formação de Especialistas em Comércio Exterior.

_____. Análise da Competitividade das Principais Cadeias Agroindustriais do Mercosul: trigo, soja, milho, suíno e aves. Ijuí: v.3, 1994.

_____. As políticas do trigo; A dificuldade está na comercialização; As grandes vantagens que teríamos ao sermos produtores de trigo; Mudanças de rumos econômicos. Disponíveis em <<http://www.banet.com.br>>. Acesso em 1 de novembro de 2004.

_____. Mapeamento da cadeia do trigo identifica potencial da produção brasileira. Instituto UNIEMP. São Paulo – USP. Disponível em http://home.uniemp.org.br/imprensa/imp_rwtrigo060503_br.html. Acesso em 16 de fevereiro de 2005.

_____. Os novos instrumentos do crédito rural. Revista Agroanálisis , FGV, outubro/2004. Vol. 24, nº 10, pg 45.

_____. Trigo no Brasil. UFSM Disponível em <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/E1_128.htm>. Acesso em 17 de novembro de 2004.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.